

HABEAS CORPUS Nº 531.241 - PA (2019/0263597-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : SAMUEL BORGES CRUZ
ADVOGADO : SAMUEL BORGES CRUZ - PA009789
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : SILVIO GONCALVES DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EMENTA

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO OCORRÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA JULGADO. PLURALIDADE DE RÉUS. PROCESSO QUE TRANSCORRE COM NORMALIDADE. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA DATA PRÓXIMA. PRISÃO PREVENTIVA. NEGATIVA DE PARTICIPAÇÃO NO DELITO E AUSÊNCIA DE PROVAS. INVIABILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. *MODUS OPERANDI*. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO. PRECEDENTES.
Ordem denegada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Sílvio Gonçalves dos Santos**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Pará (HC n. 0804540-33.2019.8.14.0000).

Colhe-se dos autos que o paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pelo Juízo de Direito da comarca de Viseu/PA, em 10/11/2018, em razão da suposta prática dos crimes de roubo majorado e associação criminosa (fls. 14/16).

Irresignada com a letargia processual, em razão na demora do julgamento do conflito negativo de competência e a ausência de fundamentação da constrição cautelar, a defesa impetrou o prévio *writ*. Todavia, o Colegiado estadual denegou a ordem em 25/6/2019, sob a seguinte ementa (fl. 52):

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ART. 157, §2º I e II C/C ART. 288 DO CÓDIGO PENAL. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA PARA A MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPROCEDÊNCIA. CONSTRIÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE JUSTIFICADA. EXCESSO

DE PRAZO PARA A INSTRUÇÃO PROCESSUAL. NÃO CONFIGURADO. FEITO COMPLEXO. RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO. QUALIDADES PESSOAIS. IRRELEVÂNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 08 DO TJPA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Não há que se falar em ausência de fundamentação idônea da manutenção da prisão preventiva se os autos demonstram a materialidade e os indícios de autoria, bem como apontam a periculosidade do agente e a necessidade de se resguardar a ordem pública, já que os autos dão conta que o paciente integrava grande grupo de indivíduos que praticaram assalto numa agência bancária no interior do estado.

2. O aferimento de eventual excesso de prazo para a instrução processual não pode ser analisado à luz de cálculos matemáticos que, por serem objetivos, não são capazes de alcançar as particularidades de cada caso.

2.1 - No caso, o feito transcorre em prazo razoável para atender às suas peculiaridades, pois trata de caso complexo, conexo com outro processo em que existe pluralidade de gentes, além de haver a necessidade de solução da controvérsia a respeito da competência, suscitada em conflito.

3. Eventuais condições pessoais de cunho subjetivo, por si sós, não têm o condão de conferir ao coacto o direito de responder em liberdade (Súmula nº 08/TJPA).

4. Ordem denegada, por unanimidade.

No presente *mandamus*, o impetrante alega que não há fundamentação no decreto prisional e que não se encontram presentes os requisitos necessários para a custódia cautelar.

Aduz que não há provas seguras que evidenciam a participação do paciente no delito, pois nada foi encontrado com este no momento da prisão.

Assevera que a prisão preventiva decretada já perdura por mais de 9 meses, sem previsão de julgamento da ação penal, notadamente porque há conflito de competência instaurado entre o Juízo da comarca de Viseu/PA e o Juízo da Vara de Combate ao Crime Organizado de Belém/PA, configurando o excesso de prazo.

Destaca as condições pessoais favoráveis do paciente.

Requer a revogação da prisão preventiva para que o paciente possa responder ao processo em liberdade.

Em 4/9/2019, o pedido liminar foi por mim indeferido (fls. 67/68).

Prestadas as informações às fls. 75/155, o Ministério Público Federal opinou

pelo não conhecimento da impetração (fls. 160/166).

Conforme consulta realizada ao portal oficial do Tribunal local na internet, tem-se que o processo está em fase de instrução processual, permanecendo o paciente custodiado.

É o relatório.

Busca a presente impetração a revogação da prisão preventiva do paciente.

Inicialmente, cabe ressaltar que, na via do *habeas corpus*, não há como se discutir a negativa de autoria ou mesmo a ausência de provas, pois demandariam o reexame aprofundado do conjunto fático-probatório que compõe o processo principal. O envolvimento ou não do agente no delito que lhe é imputado é matéria cuja análise é reservada à ação penal, bastando, para justificar a prisão cautelar, haver indícios de autoria, o que, *in casu*, aconteceu.

Além disso, quanto à alegação de morosidade processual, é pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que a verificação da ocorrência de excesso de prazo para formação da culpa não decorre da simples soma dos prazos processuais, devendo ser examinadas as peculiaridades de cada caso, sempre observado o princípio da razoabilidade (art. 5º, LXXVII, da CF) – RHC n. 40.034/SP, Ministra Assusete Magalhães, Sexta Turma, DJe 28/2/2014.

E ainda: HC n. 292.690/ES, Ministra Regina Helena Costa, Quinta Turma, DJe 1º/7/2014.

Sobre esse tema, ficou consignado, no acórdão impugnado, o seguinte (fls. 55/56 – grifo nosso):

[...]

Quanto ao pedido de reconhecimento de excesso de prazo para o início da instrução processual, por meio do qual o impetrante destaca, em especial, o retardamento do deslinde da ação em razão da pendência de conflito de jurisdição suscitado entre o juízo da Vara de Combate ao Crime Organizado da Comarca de Belém e o juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Viseu, é necessário pontuar que a avaliação do tempo necessário para o deslinde de uma ação penal não pode ser regida por critérios exclusivamente matemáticos que não respeitam as particularidades decorrentes do próprio feito ou, ainda, da Justiça.

No caso, **é de se observar que, a despeito das argumentações do**

impetrante, o feito encontra-se tramitando dentro da normalidade, de acordo com suas peculiaridades - pois trata de fato complexo, conexo com o processo nº 0001185-50.2019.8.14.0064, que envolve uma pluralidade de agentes -, já tendo sido a recebida a denúncia e está, no momento, aguardando o julgamento do conflito de jurisdição distribuído à relatoria da Desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos, sob o nº 0007853-71.2018.8.14.0064.

Por óbvio que não se pode admitir atrasos injustificados no andamento processual, pois é preciso primar, nesse sentido, especialmente pela razoabilidade, para que se dê uma prestação jurisdicional eficiente e satisfatória aos fins a que se destina.

[...]

Em consulta ao sítio do Tribunal de Justiça do Pará e informações prestadas pelo Juízo da Vara especializada de combate ao crime organizado da comarca de Belém/PA, foi possível obter o inteiro teor da decisão monocrática (datada de 29/8/2019), que julgou o conflito negativo de competência, assim ementada (fl. 60):

CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO. ROUBO A BANCO. VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E JUÍZO ÚNICO DA COMARCA DE VISEU. PRESENÇA DE ELEMENTOS INDICATIVOS DA PRESENÇA DE *ANIMUS ASSOCIANDI* NA SUPOSTA PRÁTICA DELITIVA. CONFLITO CONHECIDO. COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA.

1. De acordo com a legislação vigente – Lei nº 12.850/2013 –, considera-se organização criminosa a associação de 04 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 04 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

1.1. No caso destes autos, de acordo com a denúncia e os elementos de informações, os interessados planejaram e executaram o roubo à agência do Banco do Estado do Pará no Município de Viseu, sitiando a cidade, armados de fuzis e escopetas, em três automóveis, usando reféns como escudo humano e isolando a cidade por meio de queima de pontes, o que demonstra, *prima facie*, a existência de uma organização criminosa voltada ao cometimento do crime de assalto à bancos.

2. Competência declarada em favor da Vara de Combate ao Crime Organizado.

Realmente, o excesso de prazo, segundo o pacífico entendimento do Superior Tribunal de Justiça, deve ser aferido dentro dos limites da razoabilidade, considerando-se as circunstâncias excepcionais que venham a retardar o término da instrução criminal ou do processo, não se restringindo à simples soma aritmética de prazos processuais. E, na espécie, nota-se que o trâmite processual segue o seu curso normal, inclusive com o julgamento do conflito negativo de competência, a ratificação do recebimento da denúncia e a designação da

audiência de instrução e julgamento para data próxima, no dia 23/1/2020.

Nesse contexto, irrepreensível o acórdão ora impugnado, que bem demonstrou a inexistência de ilegalidade a justificar a concessão da ordem nesse ponto.

Quanto ao mais, de acordo com as reiteradas decisões desta Corte Superior, as prisões cautelares são medidas de índole excepcional, somente podendo ser decretadas ou mantidas caso demonstrada, com base em elementos concretos dos autos, a efetiva imprescindibilidade da restrição ao direito constitucional à liberdade de locomoção.

No caso dos autos, o Magistrado singular decretou a prisão preventiva do paciente justificada na gravidade concreta do delito (fls. 14/16).

O Tribunal *a quo*, por sua vez, denegou a ordem de *habeas corpus* por entender que as decisões do Juízo de primeiro grau examinaram devidamente a necessidade da segregação cautelar, ressaltando que o paciente *integrava grande grupo de criminosos voltado à prática de crimes, em especial, roubo a agências bancárias no interior do estado do Pará, modalidade criminosa que, diga-se, tem sido cada vez mais comum naquelas pequenas localidades, alastrando temor e instabilidade na população local* (fl. 55).

Da leitura das peças que compõem estes autos, nota-se que a prisão cautelar foi decretada e mantida com motivação idônea, considerando-se as circunstâncias concretas do fato delituoso em análise, reveladoras, pelo *modus operandi* empregado, da real gravidade do crime (roubo perpetrado em concurso de agentes, em número provável de 10 pessoas, durante o dia, contra agência bancária, utilizando armas de grosso calibre, automóveis e reféns). Isso confere lastro de legitimidade à manutenção da medida extrema.

Não foi outra a opinião do Subprocurador-Geral da República Moacir Mendes Sousa em seu parecer (fls. 160/166).

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que *não há constrangimento ilegal quando a segregação provisória é decretada em razão do modus operandi com que o delito fora praticado* (RHC n. 96.834/MS, Ministro Ribeiro Dantas,

Quinta Turma, DJe 20/6/2018).

Confirmam-se, ainda: RHC n. 103.361/RS, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 2/4/2019; HC n. 481.611/SP, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 28/3/2019; e HC n. 464.180/MG, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 11/3/2019.

Ademais, é consabido que eventuais condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, desconstituir a custódia antecipada, quando, como na hipótese, estão presentes os requisitos autorizadores da decretação da medida constritiva de liberdade.

Logo, tenho que ficou demonstrada a necessidade da prisão preventiva, não se revelando suficientes, para o caso em análise, as medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, com base no parecer e nos precedentes, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator